

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO E ALCANCE DAS NORMAS PROCESSUAIS PENAIS	31
1.1. Conceito de Direito Processual Penal	31
1.2. Sistemas Processuais Penais	32
1.3. Lei Processual Penal no espaço.....	34
1.4. Lei Processual Penal no tempo	38
1.5. Interpretação da Lei (hermenêutica)	41
1.6. Interpretação analógica e extensiva.....	44
1.7. Integração da norma processual penal	44
1.8. Fontes do Direito Processual Penal.....	46
1.9. Questões.....	47
2. INQUÉRITO POLICIAL	49
2.1. Conceito	49
2.2. Características	50
2.3. Local por onde deve tramitar o inquérito.....	53
2.4. Suspeição da autoridade policial	54
2.5. Formas de instauração do inquérito policial	54
2.6. Requerimento do ofendido nos crimes de ação privada	57
2.7. Prazos para a conclusão do inquérito	57
2.8. Diligências	59
2.9. Reprodução simulada dos fatos	66
2.10. Outras funções da autoridade policial durante o inquérito	66
2.11. Incomunicabilidade	66
2.12. Conclusão do inquérito policial	67
2.13. Questões.....	67
3. DA AÇÃO PENAL.....	71
3.1. Conceito	71
3.1.1. Classificação	71
3.1.2. Condições gerais da ação.....	73
3.2. Princípios da ação penal	74
3.2.1. Princípios constitucionais da ação penal.....	75
3.2.2. Demais princípios da ação penal	85
3.3. Ação penal pública	87
3.3.1. Ação pública incondicionada.....	88
3.3.2. Ação pública condicionada à representação.....	88
3.3.2.1. A representação não obriga o Ministério Público a oferecer denúncia	89
3.3.2.2. Conteúdo da representação.....	90

3.3.2.3.	Aspectos formais da representação.....	91
3.3.2.4.	Prazo para a representação.....	92
3.3.2.5.	Titularidade do direito de representação.....	92
3.3.2.6.	Retratação.....	94
3.3.2.7.	Representação e Lei Maria da Penha.....	94
3.3.3.	Ação pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.....	96
3.3.3.1.	Prazo.....	97
3.3.3.2.	Retratação.....	97
3.3.4.	Opções do promotor de justiça ao receber o inquérito policial concluído (em crimes de ação pública condicionada ou incondicionada).....	97
3.3.4.1.	Requerimento de novas diligências.....	98
3.3.4.2.	Requerimento de remessa a outro juízo.....	98
3.3.4.3.	Promoção de arquivamento.....	99
3.3.4.4.	Desencadeamento da ação penal por meio do oferecimento de denúncia...	100
3.3.4.4.1.	Requisitos da denúncia.....	101
3.3.4.4.2.	Elaboração da denúncia.....	107
3.3.4.4.3.	Cota de oferecimento da denúncia.....	109
3.3.4.4.4.	Modelos de denúncia.....	111
3.3.5.	Recebimento da denúncia.....	111
3.3.5.1.	Aditamento da denúncia.....	112
3.3.6.	Rejeição da denúncia.....	113
3.3.7.	Recurso cabível contra a decisão que rejeita a denúncia.....	115
3.4.	Ação penal privada.....	115
3.4.1.	Princípios específicos da ação privada.....	115
3.4.2.	Espécies de ação privada.....	117
3.4.2.1.	Ação privada exclusiva.....	117
3.4.2.1.1.	Titularidade do direito de queixa.....	118
3.4.2.2.	Ação privada personalíssima.....	120
3.4.3.	Destino do inquérito policial após a conclusão das investigações nos crimes de ação privada (exclusiva ou personalíssima).....	121
3.4.4.	Atuação do Ministério Público na ação privada.....	121
3.4.5.	Causas extintivas da punibilidade da ação penal privada regulamentadas no Código de Processo Penal.....	122
3.4.5.1.	Decadência.....	122
3.4.5.2.	Perempção.....	123
3.4.5.3.	Renúncia.....	126
3.4.5.4.	Perdão do ofendido.....	128
3.4.5.5.	Quadros comparativos das causas extintivas da punibilidade relacionadas a incidentes processuais da ação privada.....	129
3.4.6.	Ação privada subsidiária da pública.....	130
3.4.7.	Litisconsórcio.....	132
3.4.8.	Legitimidade concorrente.....	133
3.5.	Questões.....	134

4. AÇÃO CIVIL EX DELICTO 139

4.1.	Ação civil <i>ex delicto</i> e execução civil da sentença condenatória.....	142
4.1.1.	Legitimidade ativa.....	143
4.1.2.	Legitimidade passiva.....	143

4.1.3. Competência	143
4.2. Questões.....	143
5. JURISDIÇÃO	145
5.1. Conceito	145
5.2. Princípios da jurisdição	145
5.3. Unidade da jurisdição e classificações.....	146
6. COMPETÊNCIA	147
6.1. Conceito de competência e critérios para sua fixação	147
6.1.1. Finalidade de cada um desses critérios	147
6.2. Competência pelo lugar da infração.....	149
6.2.1. Local da consumação	149
6.2.2. Crimes tentados	157
6.2.3. Crimes permanentes no território de duas ou mais comarcas	157
6.2.4. Crimes à distância.....	158
6.2.5. Crimes praticados fora do território nacional	158
6.2.6. Crimes cometidos a bordo de embarcação ou aeronave que se aproxima ou se afasta do território nacional.....	158
6.2.7. Crime praticado em local incerto na divisa de duas ou mais comarcas	159
6.2.8. Crime praticado em local certo, havendo incerteza quanto a pertencer a uma ou outra comarca	159
6.3. Competência pelo domicílio ou residência do réu	159
6.4. Competência pela natureza da infração	160
6.4.1. Justiça Militar	160
6.4.1.1. Composição da Justiça Militar	162
6.4.2. Justiça Eleitoral.....	163
6.4.3. Justiça Federal.....	164
6.4.3.1. Composição da Justiça Federal	169
6.4.4. Justiça Estadual.....	170
6.4.4.1. Composição da Justiça Estadual	170
6.4.5. A natureza da infração como fator de divisão de competência dentro da mesma Justiça	171
6.5. Prevenção e distribuição.....	172
6.5.1. Hipóteses em que a prevenção é critério norteador da competência	172
6.6. Fases para a determinação da competência	173
6.7. Conexão e continência.....	173
6.7.1. Hipóteses de conexão (art. 76).....	174
6.7.1.1. Conexão intersubjetiva (art. 76, I).....	174
6.7.1.2. Conexão objetiva (art. 76, II).....	175
6.7.1.3. Conexão instrumental ou probatória (art. 76, III).....	176
6.7.2. Hipóteses de continência (art. 77)	178
6.7.3. Regras de prevalência de foro nos casos de conexão ou continência.....	179
6.7.4. Conexão entre a jurisdição comum e a do Juizado Especial Criminal.....	181
6.7.5. Avocação.....	182
6.7.6. Rito	182
6.7.7. Separação de processos	182
6.7.7.1. Separação obrigatória.....	183

6.7.7.2.	Separação facultativa.....	183
6.7.8.	Desclassificação e competência.....	184
6.8.	Foro por prerrogativa de função.....	186
6.8.1.	Hipóteses de foro por prerrogativa de função previstas na Constituição Federal.....	186
6.8.2.	Exceção da verdade	195
6.9.	Questões.....	196
7.	QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES	201
7.1.	Conceito	201
7.2.	Questões prejudiciais.....	201
7.2.1.	Sistemas de solução	203
7.2.2.	Prejudicialidade e competência.....	204
7.2.3.	Devolutivas obrigatórias (art. 92 do CPP).....	204
7.2.4.	Devolutivas facultativas (art. 93 do CPP).....	205
7.2.5.	Efeitos da decisão civil.....	205
7.2.6.	Prescrição	206
7.2.7.	Recursos.....	206
7.3.	Exceções	207
7.3.1.	Exceção de suspeição.....	208
7.3.1.1.	Abstenção	208
7.3.1.2.	Recusa do juiz pelas partes	209
7.3.1.3.	Julgamento pelo tribunal	210
7.3.1.4.	Efeitos.....	210
7.3.1.5.	Suspeição de magistrado nos tribunais	211
7.3.1.6.	Suspeição do membro do Ministério Público	211
7.3.1.7.	Suspeição de peritos, intérpretes e de servidores da Justiça.....	211
7.3.1.8.	Suspeição de jurado.....	212
7.3.1.9.	Suspeição da autoridade policial.....	212
7.3.2.	Exceção de incompetência de juízo.....	212
7.3.2.1.	Abstenção	212
7.3.2.2.	Arguição de incompetência	213
7.3.3.	Exceção de litispendência.....	214
7.3.4.	Exceção de ilegitimidade de parte.....	216
7.3.5.	Exceção de coisa julgada	216
7.3.6.	Exceção de incompatibilidade ou de impedimento	218
7.4.	Conflito de jurisdição	218
7.4.1.	Finalidade e caracterização	219
7.4.2.	Espécies	220
7.4.3.	Processamento	220
7.4.4.	Competência para julgamento	221
7.5.	Conflito de atribuições.....	222
7.6.	Restituição de coisas apreendidas	223
7.6.1.	Bens restituíveis e bens não restituíveis	224
7.6.2.	Restituição por termo nos autos.....	224
7.6.3.	Restituição por meio de incidente.....	225
7.6.4.	Recurso	225
7.6.5.	Coisas facilmente deterioráveis.....	226
7.6.6.	Destino dos bens	226

7.7. Medidas assecuratórias.....	226
7.7.1. Sequestro.....	227
7.7.1.1. Oportunidade e iniciativa (art. 127 do CPP).....	228
7.7.1.2. Requisitos	229
7.7.1.3. Procedimento e inscrição	229
7.7.1.4. Recurso e defesa	229
7.7.1.5. Levantamento	230
7.7.1.6. Destinação dos bens sequestrados	230
7.7.2. Hipoteca legal	230
7.7.2.1. Oportunidade e legitimidade.....	231
7.7.2.2. Requisitos	231
7.7.2.3. Processamento.....	231
7.7.2.4. Execução	232
7.7.3. Arresto	232
7.7.3.1. Arresto preparatório da hipoteca	232
7.7.3.2. Arresto de móveis.....	233
7.7.3.3. Legitimidade do Ministério Público em relação à hipoteca e ao arresto	234
7.7.4. Distinção entre os institutos	235
7.8. Incidente de falsidade	235
7.8.1. Oportunidade e legitimidade.....	236
7.8.2. Processamento (art. 145 do CPP).....	237
7.8.3. Efeitos da decisão	237
7.9. Incidente de insanidade mental do acusado.....	238
7.9.1. Oportunidade e legitimidade.....	240
7.9.2. Processamento	240
7.9.3. Efeitos da juntada do laudo	241
7.9.4. Prosseguimento do processo principal.....	241
7.10. Questões.....	242

8. DA PROVA..... 247

8.1. Conceito.....	247
8.1.1. Finalidade da prova.....	247
8.1.2. Objeto da prova (ou tema da prova).....	247
8.1.3. Fonte de prova.....	249
8.1.4. Sistemas de avaliação da prova.....	249
8.1.5. Ônus da prova	253
8.1.6. Princípios que regem a atividade probatória	254
8.1.7. Meios de prova.....	256
8.1.8. Provas ilícitas.....	256
8.1.8.1. Casuística.....	258
8.1.8.2. Prova emprestada	259
8.1.8.3. Prova ilícita por derivação.....	260
8.1.8.4. Fonte independente	260
8.1.8.5. Critério da proporcionalidade	262
8.1.8.6. Incidente de inutilização	263
8.1.9. Classificação das provas.....	264
8.1.10. Momentos da atividade probatória	266

8.2.	Do exame do corpo de delito e das perícias em geral.....	266
8.2.1.	Perícia	266
8.2.2.	Corpo de delito e exame de corpo de delito	267
8.2.3.	Modalidades de exame de corpo de delito	267
8.2.4.	Obrigatoriedade do exame de corpo de delito.....	267
8.2.5.	Etapas em que o exame deve ser juntado aos autos	268
8.2.6.	Suprimento do exame pela prova testemunhal	268
8.2.7.	Realização do exame de corpo de delito e de outras perícias.....	269
8.2.8.	Perito	270
8.2.9.	Formulação de quesitos e indicação de assistente técnico	270
8.2.10.	Laudo	271
8.2.11.	Vinculação do juiz ao laudo	271
8.2.12.	Algumas espécies de perícia.....	272
8.3.	Interrogatório.....	273
8.3.1.	Natureza jurídica.....	274
8.3.2.	Características do interrogatório	274
8.3.3.	Obrigatoriedade e oportunidade.....	275
8.3.4.	Direito ao silêncio.....	276
8.3.5.	Participação do defensor.....	277
8.3.6.	Local de realização do interrogatório	278
8.3.7.	Videoconferência	278
8.3.8.	Conteúdo do interrogatório	279
8.3.9.	Intervenção das partes	279
8.3.10.	Modalidades especiais de interrogatório.....	280
8.4.	Confissão	281
8.4.1.	Valor probatório da confissão.....	281
8.4.2.	Características da confissão	282
8.4.3.	Classificação	283
8.4.4.	Delação	283
8.4.5.	Delação premiada	284
8.5.	Oitiva do ofendido	284
8.5.1.	Obrigatoriedade da inquirição.....	284
8.5.2.	Diferenças processuais entre as declarações do ofendido e os testemunhos	285
8.5.3.	Colheita das declarações.....	285
8.5.4.	Valor probatório.....	286
8.5.5.	Normas relativas à proteção do ofendido	286
8.6.	Das testemunhas.....	287
8.6.1.	Capacidade para testemunhar.....	288
8.6.2.	Testemunho de policiais	288
8.6.3.	Oitiva de autor da infração como testemunha	288
8.6.4.	Dever de testemunhar	289
8.6.5.	Pessoas que podem escusar-se do dever de testemunhar	289
8.6.6.	Testemunhas não sujeitas ao compromisso de dizer a verdade.....	290
8.6.7.	Pessoas proibidas de testemunhar	291
8.6.8.	Suspeição ou indignidade da testemunha	292
8.6.9.	Contradita e arguição de defeito.....	292
8.6.10.	Classificação doutrinária das testemunhas	292
8.6.11.	Características da prova testemunhal.....	293

8.6.12.	Direito à oitiva das testemunhas oportunamente arroladas	294
8.6.13.	Número de testemunhas	295
8.6.14.	Local da colheita do testemunho	296
8.6.15.	Testemunhas que residem fora da jurisdição	296
8.6.16.	Testemunha que está fora do país	298
8.6.17.	Notificação das testemunhas	298
8.6.18.	Colheita do depoimento	298
8.6.19.	Colheita antecipada do testemunho	300
8.6.20.	Mudança de residência após o depoimento	301
8.6.21.	Proteção a vítimas e testemunhas	301
8.7.	Do reconhecimento de pessoas e coisas	301
8.7.1.	Procedimento no reconhecimento de pessoas (art. 226 do CPP)	302
8.7.1.1.	Reconhecimento fotográfico	302
8.7.1.2.	Reconhecimento de voz	303
8.7.2.	Reconhecimento de coisas	303
8.8.	Acareação	304
8.8.1.	Pressupostos	304
8.8.2.	Sujeitos	304
8.8.3.	Procedimento	304
8.8.4.	Acareação por precatória (art. 230 do CPP)	305
8.9.	Dos documentos	305
8.9.1.	Classificação dos documentos	305
8.9.2.	Oportunidade	306
8.9.3.	Iniciativa	306
8.9.4.	Requisitos para eficácia probante	307
8.9.5.	Cartas particulares	307
8.10.	Indícios	307
8.10.1.	Valor da prova indiciária	307
8.11.	Da busca e apreensão	308
8.11.1.	Fundamentos	308
8.11.1.1.	Oportunidade e iniciativa	309
8.11.2.	Busca domiciliar	309
8.11.2.1.	Conceito de domicílio	310
8.11.2.2.	Fundamentos para a busca domiciliar	310
8.11.2.3.	Formalidades para o cumprimento da diligência	311
8.11.2.4.	Busca em escritório de advogado	312
8.11.3.	Busca pessoal	312
8.12.	Questões	313

9. SUJEITOS PROCESSUAIS..... 317

9.1.	Introdução	317
9.2.	Juiz	317
9.2.1.	Juiz natural	318
9.2.2.	Impedimentos e incompatibilidades	319
9.2.3.	Suspeição	321
9.2.4.	Cessação dos impedimentos	322
9.2.5.	Suspeição artificiosa	323
9.2.6.	Funções e poderes do juiz	323
9.2.7.	Prerrogativas e vedações	324

9.3. Ministério Público	325
9.3.1. Garantias e vedações	326
9.3.2. Impedimentos e suspeição	327
9.3.3. Promotor natural	327
9.3.4. Princípios institucionais	329
9.3.5. Promotor <i>ad hoc</i>	330
9.3.6. Atuação e ônus processuais	330
9.3.7. Intimação	330
9.3.8. Prerrogativas funcionais	331
9.3.9. Investigação direta	331
9.4. Acusado	335
9.4.1. Identificação do acusado	335
9.4.2. Retificação da qualificação	336
9.4.3. Condução coercitiva	336
9.4.4. Direitos e deveres do acusado	337
9.5. Defensor	338
9.5.1. Espécies de defensor	339
9.5.2. Assistência a mais de um acusado	343
9.5.3. Abandono do processo	344
9.5.4. Impedimento	344
9.6. Curador	344
9.7. Assistente de acusação	345
9.7.1. Legitimados	347
9.7.2. Processamento da habilitação	348
9.7.3. Atribuições do assistente	348
9.7.4. Legitimidade recursal	350
9.8. Auxiliares da justiça	352
9.8.1. Peritos e intérpretes	353
9.9. Questões	353

10. PRISÃO PROVISÓRIA 357

10.1. Introdução	357
10.2. Prisão em flagrante	358
10.2.1. Hipóteses de prisão em flagrante	358
10.2.2. Outras denominações	362
10.2.3. Apresentação espontânea do agente	364
10.2.4. Sujeitos do flagrante	365
10.2.4.1. Sujeito ativo	365
10.2.4.2. Sujeito passivo	366
10.2.5. Crimes que admitem a prisão em flagrante	370
10.2.6. Auto de prisão em flagrante	371
10.2.6.1. Quem deve presidir a lavratura do auto de prisão	372
10.2.6.2. Procedimento para a lavratura do auto de prisão	373
10.2.6.3. Nota de culpa	375
10.2.7. Providências que devem ser tomadas pelo juiz ao receber a cópia da prisão em flagrante	376
10.3. Prisão preventiva	378
10.3.1. Introdução	378
10.3.2. Oportunidade de decretação da preventiva	380

10.3.3.	Requisitos	381
10.3.3.1.	Pressupostos	381
10.3.3.2.	Fundamentos	381
10.3.3.2.1.	Primariedade, bons antecedentes, residência e emprego fixo	384
10.3.3.3.	Condições de admissibilidade.....	384
10.3.3.3.1.	Infrações abstratamente punidas apenas com multa ou pena restritivas de direitos	386
10.3.3.4.	Indícios de causa excludente da ilicitude	386
10.3.3.5.	Apresentação espontânea do acusado	387
10.3.4.	Revogação e nova decretação.....	387
10.3.5.	A prisão preventiva e as sentenças condenatória e de pronúncia	387
10.3.6.	Formalidades no cumprimento do mandado de prisão	388
10.3.7.	Duração da prisão preventiva.....	389
10.4.	Prisão preventiva domiciliar.....	391
10.5.	Prisão temporária	393
10.5.1.	Hipóteses de cabimento	393
10.5.2.	Procedimento	394
10.5.3.	Prazos.....	395
10.6.	O ato da prisão em residência.....	395
10.6.1.	Emprego de força	396
10.7.	Uso de algemas	396
10.8.	Das medidas cautelares pessoais.....	397
10.8.1.	As medidas cautelares diversas da prisão.....	397
10.8.2.	Fiscalização.....	400
10.8.3.	Duração	400
10.8.4.	Detração	401
10.8.5.	Requisitos	401
10.8.6.	Escolha da medida	401
10.8.7.	Vedação à aplicação das medidas cautelares.....	402
10.8.8.	Cumulação, substituição e revogação	402
10.8.9.	Momento e iniciativa.....	402
10.8.10.	Processamento.....	402
10.8.11.	Recurso.....	403
10.9.	Prisão especial.....	403
10.10.	Questões.....	405
11.	LIBERDADE PROVISÓRIA.....	411
11.1.	Introdução.....	411
11.1.1.	Infrações de menor potencial ofensivo	411
11.1.2.	Crimes inafiançáveis.....	411
11.1.3.	Crimes afiançáveis	413
11.2.	Fiança.....	415
11.2.1.	Conceito	415
11.2.2.	Quem pode conceder a fiança	415
11.2.3.	Valor da fiança	416
11.2.4.	Quem pode prestar a fiança	416
11.2.5.	Reforço da fiança	416
11.2.6.	Objeto da fiança	417

11.2.7.	Obrigações do afiançado.....	417
11.2.8.	Quebra da fiança	417
11.2.9.	Cassação da fiança	418
11.2.10.	Restituição da fiança	418
11.2.11.	Perda da fiança	418
11.2.12.	Recurso.....	419
11.3.	Questões.....	419

12. PROCEDIMENTOS..... 421

12.1.	Introdução.....	421
12.1.1.	Procedimentos comuns e especiais.....	421
12.2.	Procedimento comum ordinário.....	422
12.2.1.	Fases do procedimento ordinário.....	423
12.2.2.	Recebimento da denúncia ou queixa.....	423
12.2.3.	Citação.....	424
12.2.3.1.	Citação real ou pessoal.....	425
12.2.3.2.	Citação com hora certa.....	428
12.2.3.3.	Citação ficta	429
12.2.4.	Resposta escrita.....	431
12.2.5.	Suspensão do processo.....	432
12.2.6.	Absolvição sumária.....	435
12.2.6.1.	Recursos	437
12.2.7.	Revelia.....	437
12.2.8.	Audiência de instrução, debates e julgamento.....	438
12.2.8.1.	Oitiva da vítima e testemunhas.....	439
12.2.8.2.	Interrogatório	440
12.2.8.3.	Requerimento de diligências.....	441
12.2.8.4.	Debates orais	441
12.2.9.	Sentença	443
12.2.9.1.	Princípio da identidade física do juiz.....	445
12.2.9.2.	Sentença condenatória.....	445
12.2.9.3.	Sentença absolutória.....	447
12.2.9.4.	Comparativo entre as hipóteses de rejeição da denúncia ou queixa, absolvição sumária e absolvição final	450
12.2.10.	Publicação da sentença.....	451
12.2.11.	Embargos de declaração	451
12.2.12.	Princípio da correlação	452
12.2.12.1.	<i>Emendatio libelli</i>	452
12.2.12.2.	<i>Mutatio libelli</i>	455
12.2.13.	Intimação da sentença.....	459
12.2.14.	Trânsito em julgado.....	460
12.2.15.	Incidência de regras do rito ordinário aos demais ritos.....	460
12.2.16.	Quadro sinótico do rito ordinário	461
12.3.	Procedimento comum sumário	462
12.3.1.	Quadro sinótico do rito sumário	463
12.4.	Procedimento comum sumaríssimo (juizados especiais criminais).....	463
12.4.1.	Embasamento constitucional e legal.....	464
12.4.2.	Conceito de infração de menor potencial ofensivo.....	464

12.4.3.	Princípios processuais dos juizados criminais	465
12.4.4.	Competência territorial	466
12.4.5.	Das formalidades e das nulidades	467
12.4.6.	Do termo circunstanciado	467
12.4.7.	Da audiência preliminar	469
12.4.7.1.	Ação pública incondicionada	469
12.4.7.2.	Ação pública condicionada à representação	471
12.4.7.3.	Ação penal privada	472
12.4.8.	Rito sumaríssimo	472
12.4.9.	Recursos	475
12.4.10.	Execução	477
12.4.11.	Quadro sinótico do procedimento sumaríssimo	477
12.5.	Questões (procedimento comum)	478
13.	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	483
13.1.	Introdução	483
13.2.	Procedimento nos crimes de competência do júri	483
13.2.1.	Princípios constitucionais relativos ao júri	484
13.2.2.	Caracteres do tribunal do júri	486
13.2.3.	Providências para a constituição do tribunal do júri	487
13.2.3.1.	Capacidade geral para o serviço do júri	488
13.2.3.2.	Proibição de critérios discriminatórios	490
13.2.3.3.	Obrigatoriedade do serviço do júri	490
13.2.3.4.	Escusa de consciência	490
13.2.3.5.	Pessoas isentas do serviço do júri	490
13.2.3.6.	Direitos e vantagens dos jurados	491
13.2.3.7.	Responsabilidade criminal dos jurados	491
13.2.4.	Procedimento	492
13.2.5.	Sumário da culpa (fase de formação da culpa)	492
13.2.6.	Etapa decisória do sumário da culpa (fase da pronúncia)	494
13.2.6.1.	Pronúncia	494
13.2.6.1.1.	Efeitos da pronúncia	496
13.2.6.1.2.	Intimação da pronúncia	496
13.2.6.1.3.	Recurso e preclusão	497
13.2.6.1.4.	Despronúncia	498
13.2.6.2.	Impronúncia	498
13.2.6.2.1.	Recurso	499
13.2.6.3.	Absolvição sumária	499
13.2.6.3.1.	Recurso	500
13.2.6.4.	Desclassificação	501
13.2.6.4.1.	Recurso	501
13.2.7.	Juízo da causa	502
13.2.7.1.	Desaforamento	503
13.2.7.1.1.	Procedimento	504
13.2.7.2.	Organização da pauta	505
13.2.7.2.1.	Antecipação do julgamento	506
13.2.7.2.2.	Habilitação do assistente	506
13.2.7.2.3.	Intimações	506

13.2.7.3.	Julgamento em plenário	506
13.2.7.3.1.	Verificação da presença das partes e das testemunhas	507
13.2.7.3.2.	Incomunicabilidade das testemunhas	509
13.2.7.3.3.	Verificação da urna e do número de jurados	509
13.2.7.3.4.	Pregão	510
13.2.7.3.5.	Arguição de nulidades	510
13.2.7.3.6.	Providências prévias à composição do conselho de sentença	511
13.2.7.3.7.	Sorteio dos jurados	511
13.2.7.3.8.	Incomunicabilidade	512
13.2.7.3.9.	Compromisso e recebimento de cópia de peças dos autos	513
13.2.7.3.10.	Uso de algemas e retirada do acusado do recinto	513
13.2.7.4.	Atos de instrução probatória	514
13.2.7.4.1.	Provas novas	515
13.2.7.4.2.	Debates	516
13.2.7.4.3.	Réplica e tréplica	516
13.2.7.4.4.	Inovação de tese defensiva na tréplica	517
13.2.7.4.5.	Pluralidade de acusados	517
13.2.7.4.6.	Apartes	517
13.2.7.4.7.	Referências proibidas nos debates	518
13.2.7.4.8.	Solicitação de esclarecimento ao orador	519
13.2.7.4.9.	Esclarecimentos prestados pelo juiz e novas diligências	520
13.2.7.4.10.	Formulação dos quesitos	520
13.2.7.4.11.	Leitura, impugnação e explicação dos quesitos	522
13.2.7.4.12.	Sala secreta	522
13.2.7.4.13.	Votação	522
13.2.8.	Sentença	524
13.2.8.1.	Condenação	524
13.2.8.2.	Absolvição	524
13.2.8.3.	Desclassificação	524
13.2.8.4.	Publicação	525
13.2.9.	Ata da sessão de julgamento	525
13.2.10.	Atribuições do juiz-presidente	526
13.2.11.	Protesto por novo júri	527
13.2.12.	Quadros sinóticos do procedimento nos crimes de competência do júri	528
13.3.	Procedimento nos crimes funcionais	529
13.3.1.	Introdução	529
13.3.2.	Rito	529
13.3.3.	Crimes funcionais praticados por quem tem foro por prerrogativa de função	531
13.3.4.	Quadro sinótico do procedimento nos crimes funcionais	531
13.4.	Procedimento nos crimes contra a honra	532
13.4.1.	Espécie de ação penal nos crimes contra a honra	532
13.4.2.	Audiência de reconciliação	533
13.4.3.	Exceção da verdade	534
13.4.4.	Exceção de notoriedade do fato	535
13.4.5.	Pedido de explicações em juízo	535
13.4.6.	Quadro sinótico do procedimento nos crimes contra a honra	536
13.5.	Procedimento nos crimes contra a propriedade imaterial	536
13.5.1.	Introdução	536
13.5.2.	Desencadeamento da ação penal	537

13.5.3.	Providências preliminares nos crimes de ação penal de iniciativa privada (art. 530-A)	537
13.5.3.1.	Prazo decadencial	538
13.5.4.	Providências relativas aos crimes de ação penal de iniciativa pública (art. 530-I)	539
13.5.4.1.	Assistentes de acusação	540
13.5.5.	Quadro sinótico do procedimento nos crimes contra a propriedade imaterial de ação privada.....	541
13.5.6.	Quadro sinótico do procedimento nos crimes contra a propriedade imaterial de ação pública.....	541
13.6.	Questões (procedimentos especiais)	541
14.	PROCEDIMENTOS PREVISTOS EM LEIS ESPECIAIS.....	547
14.1.	Procedimento nos crimes da Lei Antidrogas (Lei n. 11.343/2006)	547
14.1.1.	Fase policial	547
14.1.2.	Procedimento em juízo	548
14.1.3.	Defesa preliminar.....	549
14.1.4.	Decisão judicial em torno do recebimento da denúncia.....	549
14.1.5.	Citação.....	550
14.1.6.	Audiência de instrução e julgamento.....	550
14.1.7.	Sentença	551
14.1.8.	Não incidência de regras do rito ordinário ao procedimento especial da Lei Antidrogas	552
14.1.9.	Quadro sinótico do rito dos crimes de tráfico de drogas.....	553
14.2.	Procedimento relativo aos crimes cometidos com violência doméstica ou familiar contra a mulher.....	553
14.2.1.	Conceito de violência doméstica.....	553
14.2.2.	O art. 41 da Lei n. 11.340/2006	553
14.2.3.	A necessidade de inquérito policial nos crimes de menor potencial ofensivo ..	554
14.2.4.	Representação	555
14.2.5.	Competência.....	556
14.2.6.	Rito.....	557
14.2.7.	Medidas protetivas de urgência	557
14.2.8.	Vedação de certas penas alternativas.....	558
14.3.	Procedimento relativo aos crimes do estatuto do idoso	559
14.4.	Questões (procedimentos de leis especiais)	560
15.	SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO.....	563
15.1.	Conceito	563
15.2.	Pressupostos de cabimento	563
15.3.	Requisitos	567
15.3.1.	Requisitos objetivos	567
15.3.2.	Requisitos subjetivos	569
15.4.	Concurso de agentes	569
15.5.	Momento da proposta	569
15.6.	Titularidade da proposta.....	570
15.7.	Recusa no oferecimento da proposta.....	571
15.8.	Aceitação da proposta.....	571

15.9. Condições obrigatórias	572
15.10. Condições facultativas.....	573
15.11. Suspensão do prazo prescricional	573
15.12. Causas de revogação obrigatória	573
15.13. Causas de revogação facultativa	574
15.14. Momento da revogação.....	575
15.15. Consequências da revogação	576
15.16. Extinção da punibilidade.....	576
15.17. Questões.....	577
16. DAS NULIDADES	579
16.1. Espécies de nulidade	580
16.1.1. Inexistência	580
16.1.2. Nulidade absoluta	581
16.1.3. Nulidade relativa.....	582
16.1.4. Irregularidade	582
16.2. Princípios informadores do sistema das invalidades	583
16.3. Elenco legal das nulidades	590
16.3.1. Incompetência, suspeição ou suborno do juiz (art. 564, I, do CPP).....	590
16.3.2. Ilegitimidade de parte (art. 564, II, do CPP)	592
16.3.3. Falta de denúncia ou queixa e representação (art. 564, III, <i>a</i> , do CPP)	593
16.3.4. Falta do exame do corpo de delito nos crimes que deixam vestígios (art. 564, III, <i>b</i> , do CPP)	594
16.3.5. Falta de nomeação de defensor ao réu presente, que não o tiver, ou ao ausente (art. 564, III, <i>c</i> , do CPP).....	594
16.3.6. Falta de intervenção do Ministério Público em todos os termos da ação penal pública ou privada subsidiária da pública (art. 564, III, <i>d</i> , do CPP)	595
16.3.7. Falta de citação do réu para ver-se processar, o seu interrogatório, quando presente, e os prazos concedidos à acusação e à defesa (art. 564, III, <i>e</i> , do CPP).....	596
16.3.8. Falta da sentença de pronúncia (art. 564, III, <i>f</i> , do CPP).....	598
16.3.9. Falta de intimação do réu para a sessão de julgamento, pelo Tribunal do Júri, quando a lei não permitir o julgamento à revelia (art. 564, III, <i>g</i> , do CPP)	598
16.3.10. Falta de intimação das testemunhas arroladas no libelo e na contrariedade, nos termos estabelecidos pela lei (art. 564, III, <i>h</i> , do CPP).....	599
16.3.11. Inexistência de pelo menos de 15 jurados para a constituição do júri (art. 564, III, <i>i</i> , do CPP)	599
16.3.12. Falta de sorteio dos jurados do Conselho de Sentença em número legal e sua incomunicabilidade (art. 564, III, <i>j</i> , do CPP).....	599
16.3.13. Falta dos quesitos e das respectivas respostas (art. 564, III, <i>k</i> , do CPP).....	599
16.3.14. Falta da acusação ou da defesa, na sessão de julgamento (art. 564, III, <i>l</i> , do CPP).....	600
16.3.15. Falta da sentença (art. 564, III, <i>m</i> , do CPP).....	600
16.3.16. Falta do recurso de ofício, nos casos em que a lei o tenha estabelecido (art. 564, III, <i>n</i> , do CPP)	600
16.3.17. Falta da intimação, nas condições estabelecidas pela lei, para ciência de sentenças e despachos de que caiba recurso (art. 564, III, <i>o</i> , do CPP)	601
16.3.18. Falta do <i>quorum</i> legal, nos tribunais, para o julgamento (art. 564, III, <i>p</i> , do CPP)	601

16.3.19.	Omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato (art. 564, IV, do CPP).....	601
16.3.20.	Deficiência dos quesitos ou das suas respostas, e contradição entre estas (art. 564, parágrafo único, do CPP)	601
16.4.	Súmulas do Supremo Tribunal Federal sobre as nulidades	602
16.5.	Questões.....	603
17.	RECURSOS	605
17.1.	Teoria geral.....	605
17.1.1.	Conceito	605
17.1.2.	Fundamento.....	605
17.1.3.	Classificação dos recursos	606
17.1.4.	Pressupostos recursais	607
17.1.4.1.	Pressupostos objetivos.....	607
17.1.4.2.	Pressupostos subjetivos	610
17.1.5.	Juízo de admissibilidade (ou de prelibação)	612
17.1.6.	Extinção anormal dos recursos.....	612
17.1.7.	Efeitos dos recursos	613
17.1.8.	<i>Reformatio in pejus</i>	614
17.1.8.1.	<i>Reformatio in pejus</i> indireta	614
17.1.8.2.	<i>Reformatio in mellius</i>	616
17.2.	Dos recursos em espécie.....	616
17.2.1.	Recursos necessários	616
17.2.2.	Recursos voluntários	619
17.2.2.1.	Recurso em sentido estrito	619
17.2.2.1.1.	Hipóteses de cabimento.....	620
17.2.2.1.2.	Prazo para interposição	628
17.2.2.1.3.	Procedimento.....	628
17.2.2.1.4.	Efeitos	630
17.2.2.2.	Apelação.....	631
17.2.2.2.1.	Hipóteses de cabimento em relação às decisões do juiz singular.....	632
17.2.2.2.2.	Hipóteses de cabimento em relação às decisões do tribunal do júri... ..	633
17.2.2.2.3.	Prazo para interposição	636
17.2.2.2.4.	Procedimento.....	637
17.2.2.2.5.	Apelação nos processos de competência do Juizado Especial Criminal.....	639
17.2.2.2.6.	Efeitos	640
17.2.2.2.7.	Processo e julgamento dos recursos em sentido estrito e das apelações nos tribunais.....	640
17.2.2.3.	Embargos infringentes e de nulidade.....	641
17.2.2.3.1.	Cabimento	642
17.2.2.3.2.	Legitimidade e processamento.....	643
17.2.2.4.	Protesto por novo júri.....	644
17.2.2.5.	Embargos de declaração	644
17.2.2.5.1.	Hipóteses de cabimento.....	644
17.2.2.5.2.	Legitimidade e processamento	645
17.2.2.5.3.	Efeitos	645

17.2.2.6. Revisão criminal	645
17.2.2.6.1. Natureza jurídica	646
17.2.2.6.2. Legitimidade	646
17.2.2.6.3. Pressupostos e oportunidade	647
17.2.2.6.4. Hipóteses de cabimento:	647
17.2.2.6.5. Competência	648
17.2.2.6.6. Processamento	648
17.2.2.6.7. Efeitos	649
17.2.2.6.8. Revisão de decisão do júri	649
17.2.2.7. Carta testemunhável	649
17.2.2.7.1. Natureza jurídica	650
17.2.2.7.2. Hipóteses de cabimento	650
17.2.2.7.3. Processamento	650
17.2.2.7.4. Efeitos	651
17.2.2.8. Correição parcial	651
17.2.2.8.1. Natureza jurídica	651
17.2.2.8.2. Constitucionalidade e fundamento legal	651
17.2.2.8.3. Legitimidade e hipóteses de cabimento	652
17.2.2.8.4. Processamento	652
17.2.2.9. Reclamação	653
17.2.2.10. Habeas corpus	653
17.2.2.10.1. Natureza jurídica	654
17.2.2.10.2. Espécies	654
17.2.2.10.3. Legitimidade ativa	655
17.2.2.10.4. Legitimidade passiva	656
17.2.2.10.5. Cabimento	657
17.2.2.10.6. Competência	659
17.2.2.10.7. Processamento	661
17.2.2.10.8. Efeitos e recursos	662
17.2.2.10.9. Processamento no caso de competência originária dos tribunais	662
17.2.2.11. Mandado de segurança	663
17.2.2.11.1. Legitimidade ativa	664
17.2.2.11.2. Legitimidade passiva	664
17.2.2.11.3. Competência	664
17.2.2.11.4. Prazo	664
17.2.2.11.5. Procedimento	665
17.2.2.11.6. Recursos	665
17.2.2.12. Recurso extraordinário	665
17.2.2.12.1. Cabimento	665
17.2.2.12.2. Repercussão geral	666
17.2.2.12.3. Legitimidade	667
17.2.2.12.4. Prazo, forma de interposição e processamento	668
17.2.2.12.5. Efeitos	668
17.2.2.12.6. Súmula vinculante	669
17.2.2.13. Recurso especial	669
17.2.2.13.1. Cabimento	669
17.2.2.13.2. Legitimidade	670
17.2.2.13.3. Prazo, interposição, processamento e efeitos	670

17.2.2.14. Recurso ordinário constitucional	670
17.2.2.14.1. Cabimento.....	671
17.2.2.14.2. Procedimento.....	672
17.3. Questões.....	672
18. MODELOS DE PEÇAS E PETIÇÕES	677
18.1. Modelo de requerimento de instauração de inquérito policial	677
18.2. Modelo de arquivamento de inquérito policial	678
18.3. Modelo de denúncia de crime culposo	679
18.4. Modelo de denúncia de crime doloso	680
18.5. Modelo de requerimento de relaxamento do flagrante e de liberdade provisória	682
18.6. Modelo de requerimento de prisão preventiva.....	683
18.7. Modelo de proposta de suspensão condicional do processo.....	685
18.8. Modelo de resposta escrita	686
18.9. Modelo de memorial.....	687
18.10. Modelo de sentença condenatória	690
18.11. Modelo de petição de interposição de recurso.....	693
18.12. Modelo de razões recursais	693
18.13. Modelo de contrarrazões de apelação	695
18.14. Modelo de <i>habeas corpus</i>	698
REFERÊNCIAS	701